Aviso de contumácia n.º 6519/2005 — AP. — A Dr.ª Maria dos Anjos Ferreira da Silva, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, faz saber que, no processo abreviado, n.º 401/02.0GBPMS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Andriy Kravchenko, filho de Oleg Kravchenko e de Valentina Kravchenko, natural da Ucrânia, titular do passaporte n.º At961054, com último domicílio conhecido em Estrada da Cela, 49, Brancas, 2440-000 Batalha, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, do artigo 292.º, n.º 1, previsto e punido pelo Código Penal, praticado em 13 de Dezembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Março de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria dos Anjos Ferreira da Silva*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Amparo Cordeiro*.

Aviso de contumácia n.º 6520/2005 — AP. — A Dr.ª Maria dos Anjos Ferreira da Silva, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 96/01.8GBPMS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Fernando Pereira Lopes, filho de Júlio Neves Lopes e de Ana Fernandes Pereira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Julho de 1959, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 4424921, com domicílio na urbanização Quinta da Várzea, lote F, 2.º esquerdo, 3040-000 Coimbra, por se encontrar indiciado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 8 de Outubro de 2000, por despacho de 6 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado e prestado termo de identidade e residência.

18 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria dos Anjos Ferreira da Silva*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Amparo Cordeiro*.

TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE LANHOSO

Aviso de contumácia n.º 6521/2005 — AP. — O Dr. Herculano José R. Esteves, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca da Póvoa de Lanhoso, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 68/93.4TBPVL (anteriormente n.º 256/93), pendente neste Tribunal contra o arguido António Manuel Costa Pinheiro, filho de Casimiro Pinheiro e de Maria do Sameiro Costa Pinheiro, natural de Guiné-Bissau, nascido a 14 de Setembro de 1955, casado, com identificação fiscal n.º 175871493, titular do bilhete de identidade n.º 4591596, com domicílio na Avenida de 14 de Novembro, Bairro Hafir, frente à estação de Combustível Lenox, Bissau Guiné-Bissau, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 24.º, n.º 1 do Decreto com força de Lei, n.º 13 004, de 12 de Janeiro de 1927 e artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, conjugado com o disposto no artigo 313.º do Código Penal, praticado em 14 de Janeiro de 1992, por despacho de 14 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

19 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Herculano José R. Esteves*. — O Oficial de Justiça, *Armando Ramos Reis*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 6522/2005 — AP. — A Dr.ª Luísa Cristina Ferreira, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que, no processo abreviado, n.º 407/01.6GAPVZ, pendente neste Tribunal, contra o arguido Mário Lopes Ferreira, filho de Joaquim Domingues Ferreira e de Arminda Lopes Morim, de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Outubro de 1975, casado, com identificação fiscal n.º 204282888, titular do bilhete de identidade n.º 11366574, com domicílio na Urbanização

Sopete, bloco 2/A, rés-do-chão centro esquerdo, Argivai, Póvoa de Varzim, o qual foi em 1 de Abril de 2003, condenado na pena de 180 dias de multa à taxa diária de 5 euros o que perfaz o montante de 900 euros, transitada em julgado em 28 de Abril de 2003, foi por despacho proferido a 31 de Março de 2004, convertidos os 180 dias de multa em prisão subsidiária, aplicando ao arguido a pena de 120 dias de prisão subsidiária, pela prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, e de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 26 de Dezembro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 15 de Abril de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

15 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Luísa Cristina Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Aurora Gonçalves*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 6523/2005 — AP. — O Dr. Orlando Sérgio Rebelo, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 97/95.3TBPVZ, pendente neste Tribunal, contra o arguido Manuel Eduardo Duarte Vieira Góis, filho de Raúl Ângelo Vieira Pinho Góis e de Maria da Conceição Sousa Duarte, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Janeiro de 1958, casado, titular do bilhete de identidade n.º 3852060, com domicílio na Praceta do Padre Sena de Freitas, 20, 6.º direito, Maximinos, 4700-000 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 5 de Abril de 1999, por despacho de 4 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

11 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Orlando Sérgio Rebelo*. — A Oficial de Justiça, *Elsa Góis*.

Aviso de contumácia n.º 6524/2005 — AP. — A Dr.ª Maria Joana de Castro Oliveira, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 53/95.1TBPVZ, pendente neste Tribunal, contra o arguido Manuel Eduardo Duarte Vieira Góis, filho de Raúl Ângelo Vieira Pinho Góis e de Maria da Conceição Sousa Duarte, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Janeiro de 1958, casado, titular do bilhete de identidade n.º 3852060, com domicílio na Rua Nova de Santa Cruz, 57, 3.º esquerdo, São Vitor, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, e 313.º do Código Penal, praticado em 5 de Dezembro de 1994, por despacho de 4 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado neste tribunal.

12 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria Joana de Castro Oliveira*. — A Oficial de Justiça, *Ermelinda Maria S. M. Pereira*.

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso de contumácia n.º 6525/2005 — AP. — A Dr.ª Isabel Magalhães, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 443/89.9TBPVZ (ex-processo n.º 507/90), pendente neste Tribunal, contra o arguido Francisco Filomeno de Almeida